CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA

**CONTRATOS DE CONCESSÃO E TERCEIRIZAÇÃO: TENSÕES
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADOR: PROFESSOR TITULAR DR. NELSON MANNRICH

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA

**CONTRATOS DE CONCESSÃO E TERCEIRIZAÇÃO: TENSÕES
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob orientação do Professor Titular Dr. Nelson Mannrich.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Oliveira, Carlos Roberto de
Contratos de concessão e terceirização: tensões
entre o público e o privado ; Carlos Roberto de
Oliveira ; orientador Nelson Mannrich -- São Paulo,
2020.
219
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Trabalho e Seguridade Social) - Faculdade
de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. concessão . 2. parceria público-privada. 3.
terceirização. 4. ADC 57/DF. I. Mannrich, Nelson,
orient. II. Título.

RESUMO

Este trabalho busca identificar tensões existentes entre os módulos concessórios (concessão comum e parceria público-privada) e a prática da terceirização na execução de tais contratos.

O ponto de partida do estudo foi uma pesquisa acerca dos principais aspectos do contrato de concessão comum e da parceria público-privada, identificando as características e regras de direito público balizadoras dos institutos.

Após o mapeamento das principais questões, foram apresentadas considerações sobre o regime de pessoal nos módulos concessórios. As propostas sugerem reavaliação na modelagem jurídica dos contratos, notadamente para aprimoramento da cláusula de reajuste de salários e incremento de efetividade às negociações coletivas de trabalho.

Na sequência, foram destacadas as particularidades da terceirização na iniciativa privada e na Administração Pública, com ênfase na recente alteração legislativa (Lei Federal nº 13.429/17) e o novo posicionamento adotado pela jurisprudência em decorrência dessa alteração.

Posteriormente, foi empreendida análise específica sobre a terceirização por concessionários e parceiros privados.

O elemento central da pesquisa, nesse tópico, reside na interpretação dada ao §1º, do art. 25, da Lei Federal nº 8.987/95 (Lei Geral de Concessões), pelo Supremo Tribunal Federal, com o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC 57/DF.

Com base nas conclusões a que se chegou foi possível afirmar que, pela análise do regime jurídico dos contratos privados celebrados pelos concessionários, existem limites e condicionantes para a terceirização nos módulos concessórios.

Palavras-chave: concessão, parceria público-privada, terceirização, ADC 57/DF.

ABSTRACT

This study seeks to identify conflicts between concession models (common concession and public-private partnership) and the practice of sub-contracting in the execution of such contracts.

The starting point of this analysis was a research on the main aspects of the common concession contract and the public-private partnership and the identification of the characteristics and rules of public law that guide the institutes.

After mapping the main issues, considerations regarding personnel scheme in the concession models were presented. The proposals suggest reevaluation in the legal modeling of contracts, notably to improve the wage adjustment clause and increase the effectiveness of collective bargaining.

Subsequently, the particularities of sub-contracting in private initiative and public administration were highlighted, with emphasis on the recent Brazilian legislative amendment (Federal Law No. 13,429/17) and the new position adopted by its jurisprudence as a result of this modification.

A posteriori, specific analysis on sub-contracting by concessionaires and private partners was undertaken.

The central element of this research in this topic resides in the interpretation given to §1 of art. 25 of Federal Law No. 8.987 95 (General Law of Concessions) by the Federal Supreme Court of Brazil, due to the judgment of the Declaratory Constitutionality Action - ADC 57 / DF.

Based on the conclusions and on analysis of the legal regime of private contracts concluded by the concessionaires, it was possible to state that there are limits and conditions for sub-contracting in the concession models.

Keywords: concession, public-private partnership, sub-contracting, ADC 57/DF.

RIASSUNTO

Questo compito intende identificare le tensioni esistenti tra i moduli di concessioni (concessione comune e partenariato pubblico-privato) e la pratica dell'outsourcing nell'esecuzione di tali contratti.

Il punto di partenza dello studio è stato una ricerca sugli aspetti principali del contratto di concessione comune e del partenariato pubblico-privato, identificando le caratteristiche e le regole del diritto pubblico che orientano gli istituti.

Dopo tracciate le principali questioni, sono state presentate considerazioni sulla regolamentazione del personale dei moduli concessori. Le proposte suggeriscono la rivalutazione della modellizzazione giuridica dei contratti, in particolare per il miglioramento della clausola di adeguamento degli stipendi e dell'incremento dell'efficacia alle trattative collettive di lavoro.

Di seguito, sono state staccate le particolarità dell'outsourcing nell'iniziativa privata e nell'amministrazione pubblica, con enfasi nella recente modifica legislativa (Legge Federale n. 13.429/17) e il nuovo posizionamento adottato dalla giurisprudenza in conseguenza a questa alterazione.

Posteriormente, è stata intrapresa l'analisi specifica sull'outsourcing da parte di concessionari e partner privati.

L'elemento centrale della ricerca, su questo argomento, risiede nell'interpretazione data al §1°, dell'art. 25, della Legge Federale n. 8.987/95 (Legge Generale delle Concessioni), dalla Corte Suprema Federale, con il giudizio dell'Azione Dichiarativa Costituzionale - ADC 57/DF.

In base alle conclusioni raggiunte è stato possibile affermare che, dall'analisi del regime legale dei contratti privati compiuti dai concessionari, esistono limiti e condizionamenti per l'outsourcing nei moduli concessori.

Parole chiave: concessione, partenariato pubblico-privato, outsourcing, ADC 57/DF.

*Ao meu pai, Antonio Carlos de Oliveira (in
memoriam), que acompanhou cada etapa desse
momento tão sonhado, mas foi chamado por
Deus mais cedo. Deu tudo certo, Seu Carlão!*

*“Por fim, se percebe um modo diferente de estabelecer
as relações entre público e privado. Estas não são
apenas bipolares. São também multipolares”¹*

---

¹ CASSESE, Sabino. L'arena pubblica: nuovi paradigmi per lo Stato. *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, Milano, n. 3, p. 601-650, 2001. Tradução livre do original: “Da ultimo si è notato un diverso modo di stabilire le relazioni tra pubblico e privato. Queste non sono solo bipolar. Sono anche multipolar”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I. CONTRATO DE CONCESSÃO COMUM E SUAS PARTICULARIDADES	19
1.1. Amplitude do capítulo	19
1.2. Princípios informadores da concessão comum	21
1.2.1. Serviço adequado, contínuo e eficiente	25
1.2.2. Atualidade tecnológica e universalidade	32
1.2.3. Tarifa módica	36
1.3. Concessão comum: a delegação contratual de direitos e deveres	39
1.3.1. Objetivos públicos justificadores da concessão	42
1.3.2. Limites dos direitos transferidos aos privados	45
1.3.3. Mecanismos de fiscalização e de regulação	49
1.4. Parceria Público-Privada	57
1.4.1. Amplitude do capítulo	57
1.4.2. Justificativas para a contratação	61
1.4.3. Eficiência técnica e novas fontes de receitas: breves apontamentos	65
1.4.3.1. Atividades inerentes, acessórias e complementares	68
1.4.3.2. Revisitando temas conhecidos nas concessões	71
1.4.3.3. A questão do personalismo dos contratos administrativos	72
1.4.3.4. Subconcessão e a subcontratação	76
1.4.3.5. A divisão de riscos nas concessões administrativas	80
II. REGIME DE PESSOAL NOS MÓDULOS CONCESSÓRIOS	91
2.1. Amplitude do capítulo	91
2.2. Negociação coletiva, reajuste salarial e reflexos nos módulos concessórios	92
2.3. Modelagem das licitações e dos contratos: discricionariedade do Gestor Público e oportunidade para aprimoramento do regime de pessoal	95
2.4. Estrutura de reajuste: fórmula paramétrica e índice da inflação	100
2.5. Composição de custos de pessoal: variáveis endógenas e exógenas	103
2.6. Composição de custos de pessoal: revisão da modelagem jurídico-negocial ..	109

2.7. Reflexos do reajuste: exercício do direito de greve e responsabilidades	113
2.8. Reajustes em módulos concessórios: breves contribuições	115
III. CONTEXTUALIZAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO	121
3.1. Amplitude do capítulo	121
3.2. Terceirização no direito do trabalho	128
3.3. Terceirização na Administração Pública	135
3.4. Terceirização ilícita	139
3.4.1. Responsabilidade no direito do trabalho	141
3.4.2. Responsabilidade da Administração Pública	142
3.4.3. Terceirização e a Lei de Responsabilidade Fiscal	145
3.5. Vantagens e desvantagens da terceirização	145
IV. TERCEIRIZAÇÃO POR CONCESSIONÁRIOS E PARCEIROS PRIVADOS	151
4.1. Amplitude do capítulo	151
4.2. Aspectos relevantes da terceirização na iniciativa privada	152
4.3. Aspectos relevantes da terceirização na Administração Pública	153
4.4. Terceirização por concessionários e parceiros privados	165
4.4.1. Estratégias para a terceirização em módulos concessórios	166
4.4.1.1. Atividades inerentes, acessórias ou complementares	167
4.4.1.2. Regime jurídico dos contratos privados celebrados pelo concessionário	173
4.4.1.2.1. Contratos privados celebrados pelo concessionário	175
4.4.1.2.2. Contratos públicos vedados à terceirização por parte do concessionário	178
4.4.1.2.3. Contratos privados celebrados pelo concessionário com regulação..	180
4.5. Atividades inerentes, acessórias ou complementares e implantação de projetos associados, na decisão da ADC 57	185
CONCLUSÕES	189
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E REFERIDA	193

ANEXOS: CÁLCULO DE DESPESAS COM PESSOAL EM MÓDULOS CONCESSÓRIOS DE SANEAMENTO BÁSICO	209
1.1. Atibaia Saneamento S/A	211
1.2. Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda.	213
1.3 Companhia de Saneamento de Jundiaí – CSJ	214
1.4. BRK Ambiental – Limeira S/A	216
1.5. SESAMM – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A	218
1.6. Águas do Mirante S/A	219
1.7. AMBIENT Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S/A	220
1.8. BRK Ambiental – Rio Claro S/A	221
1.9. SANESALTO Saneamento S/A	222
1.10. Companhia Águas de Santa Rita S/A – COMASA	224
1.11. BRK Ambiental – Sumaré S/A	225

INTRODUÇÃO

Concessão de serviços públicos e terceirização são temas atuais que despertam interesse não apenas dos estudiosos do direito mas da sociedade brasileira como um todo.

As restrições orçamentárias do Poder Público para fazer frente aos necessários investimentos em infraestrutura e em aprimoramentos nos serviços públicos prestados colocam em evidência o instituto da concessão de serviços públicos – ou módulo concessório².

Muitas são as oportunidades geradas por meio de parcerias entre a Administração Pública e institutos privados, porém, a vivência dos módulos concessórios apresenta número considerável de desafios a serem transpostos. De início, a baixa compreensão e aceitação da sociedade sobre a importância da participação privada nas obras e nos serviços públicos carentes de alavancagem de investimentos para o desenvolvimento do país. Em seguida, o atraso e o descuido com o planejamento de políticas públicas. Por fim, os deficientes processos de gestão e de fiscalização dos contratos.

A terceirização, com intensos reflexos jurídico-trabalhistas, tem marcantes características, com ênfase na redução de custos e na especialização das atividades empresariais, tendo como premissa o repasse a outras empresas das atividades que não constituem o foco principal da sua existência.

Em recente revisitação dos entendimentos praticados diante da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a Lei Federal nº 13.467/2017, introduziu novo panorama legal, reconhecendo como lícita a terceirização em qualquer atividade da empresa.

Apesar do aparente distanciamento dos institutos da concessão e da terceirização, o primeiro regido pelo direito administrativo (direito público), e o segundo pautado no direito do trabalho (direito privado), existe um ponto de interesse comum, basicamente o art. 25, §1º, da Lei Geral de Concessões (Lei Federal nº 8.987/1995).

O dispositivo legal autoriza a terceirização por parte das concessionárias para as atividades inerentes, acessórias ou complementares e sempre foi interpretado com reservas pela doutrina trabalhista, conflito que somente foi pacificado com o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC 57/DF, pelo Supremo Tribunal Federal.

---

² A tese adota a classificação dos contratos defendida por Fernando Dias Menezes de Almeida, que os divide em módulos concessórios, módulos instrumentais e módulos cooperativos, cf. MENEZES DE ALMEIDA, Fernando Dias. *Contrato administrativo*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

Diante desse cenário de tensões entre as regras de direito público e de direito privado, surge o objeto central dessa pesquisa, que busca apresentar as tensões existentes entre os dois institutos e pautar propostas para mitigar tais divergências teóricas e práticas.

Identificado o problema arterial deste trabalho, passei à definição das perguntas centrais (tese) que devem ser respondidas: 1. quais as características do regime de pessoal dos módulos concessórios e em que medida a liberdade negocial é exercida? 2. existem limitações para as contratações privadas (terceirizações) das empresas concessionárias?

As hipóteses que experimentam a tese foram sistematizadas em quatro capítulos, a saber: 1. Contrato de concessão comum e suas Particularidades; 2. Regime de Pessoal nos Módulos Concessórios; 3. Contextualização da Terceirização e, 4. Terceirização por Concessionários e Parceiros Privados

O primeiro capítulo teve a função de apresentar os princípios informadores da concessão comum, com ênfase para o serviço adequado, contínuo e eficiente, atualidade tecnológica, universalidade dos serviços e tarifa módica.

Foram pautadas, ainda, as particularidades da delegação contratual de direitos e deveres, os objetivos públicos justificadores da concessão dos serviços públicos, os limites dos direitos transferidos aos privados e os imprescindíveis mecanismos de fiscalização e de regulação.

Deu-se especial atenção para a abordagem do novo modelo de contratualização com a Administração Pública: a parceria público-privada. Nesse tópico, foram lançadas considerações acerca da justificativas para a contratação, a eficiência técnica e as novas fontes de receitas: as atividades acessórias ou complementares e os projetos associados.

Para finalizar o capítulo, foram apresentados os posicionamentos acerca do personalismo dos contratos administrativos, subconcessão, subcontratação e divisão de riscos nas concessões administrativas.

A segunda parte, amparada nas premissas do capítulo anterior, passou a enfrentar o regime de pessoal nos módulos concessórios, trazendo contribuições originais acerca da liberdade negocial nos contratos e a extensão de seu exercício.

Foram pautados os temas da negociação coletiva, reajuste salarial, reflexos nos módulos concessórios, características e oportunidades reconhecidas aos gestores na modelagem das licitações e dos contratos, estrutura de reajuste, formato da composição de custos de pessoal e, ao final, breves contribuições.

O terceiro capítulo adentra no panorama sobre a terceirização, detalhando a visão do direito do trabalho e o entendimento da jurisprudência acerca do tema, apresentando as distinções dessa modalidade de trespasse de atividades na iniciativa privada e na Administração Pública.

São lançados apontamentos acerca da terceirização ilícita e as responsabilidades imputáveis, tanto para a iniciativa privada, quanto para a Administração Pública; ademais, abordam-se questões atinentes à terceirização frente os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Encerra-se o terceiro capítulo da pesquisa com breves opiniões extrajurídicas acerca das vantagens e das desvantagens da terceirização de atividades.

O quarto capítulo foi destinado à terceirização por concessionários e parceiros privados, com incursões nas atualizações acerca da terceirização na iniciativa privada e na Administração Pública, já que foram muitas as alterações introduzidas recentemente.

Passando para o ponto central de interesse da tese, foi feita a apresentação das peculiaridades da terceirização por concessionários e parceiros privados, bem como as estratégias de gestão empresarial que são lançadas em módulos concessórios.

Foram pautadas as distinções conceituais entre atividades inerentes, acessórias ou complementares, ponto pouquíssimo explorado pela nossa doutrina e motivador de vários desajustes de entendimentos em julgamentos de casos concretos.

Deu-se ênfase à construção de classificação para o regime jurídico dos contratos privados celebrados pelas empresas concessionárias, divididos em: 1. contratos privados celebrados pelo concessionário; 2. contratos públicos vedados à terceirização por parte do concessionário e 3. contratos privados celebrados pelo concessionário com regulação.

Por fim, foram feitas considerações acerca do julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC 57/DF, que declarou a constitucionalidade do art. 25, §1º, da Lei Federal nº 8.987/1995 e fez constar que o dispositivo estava alinhado com o entendimento do Plenário, quando do julgamento da ADPF nº 324/DF (que autoriza a terceirização para qualquer atividade da empresa).

Conclui-se a pesquisa com crítica ao julgado do STF, em especial por não trazer qualquer debate acerca da distinção do regime jurídico de cada atividades descrita no art. 25, §1º, da Lei Geral de Concessões, e afirmando que existem limitações para a terceirização nos módulos concessórios (concessões comuns ou concessões administrativas), notadamente nos casos em que haja modelagem para exploração econômica de atividades acessórias ou

complementares ou, ainda, desenvolvimento de projetos associados ao serviço público concedido.

5. CONCLUSÕES

O desfecho deste estudo comporta dois conjuntos integrados de conclusões: um de cunho genérico e outro focado nas contribuições originais apresentadas.

As considerações de conteúdo genérico foram apresentadas nos capítulos I e III, que identificaram: (i) os princípios informadores e as particularidades na formatação dos módulos concessórios (assim entendidos a concessão comum e a parceria público-privada) e (ii) a contextualização e os aspectos teóricos relevantes da terceirização realizada nas atividades privadas e na Administração Pública.

Contribuições originais foram destacadas nos capítulos II e IV, versando sobre: (i) o regime de pessoal em módulos concessórios e (ii) a interpretação dada ao art. 25, §1º, da Lei Federal nº 8.987/1995, com o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC 57/DF, pelo Supremo Tribunal Federal.

Ao longo da sistematização designada pela presente pesquisa, foram destacadas tensões entre as regras de direito público e as bases do direito do trabalho, que incrementam interesse no tema. São elas:

1. No tocante ao regime de pessoal dos módulos concessórios, foram identificados pontos passíveis de aprimoramentos na modelagem de editais e contratos, em especial no procedimento conferido para o reajuste de salários.
2. Dois cenários são recorrentes na formação de custos de remuneração de pessoal: (i) adoção de índice inflacionário e (ii) fórmula paramétrica contendo a descrição dos componentes de custo. Ambos modelos apresentam pontos positivos e outros que padecem de aprimoramentos.
3. No primeiro modelo, pela lógica da estabilidade e segurança jurídica, a reposição dos custos mediante índice é mais prática e com menores riscos de discussões. A crítica que se faz, sob a ótica da dinâmica das relações de trabalho, é a falta de incentivo à liberdade negocial, pois o índice pré-estabelecido apresenta entrave para o incremento de melhorias salariais. Sempre há o discurso de desequilíbrio do contrato por falta de amparo contratual.
4. Na segunda modelagem, com opção por fórmula paramétrica, e possibilidade de adoção de índice decorrente de negociação coletiva, temos ampla ação negocial. Nessa hipótese surgem as discussões acerca da incorporação de tais vantagens aos custos do contrato administrativo.

5. Diante dos modelos existentes, uma proposta de alteração legislativa, na Lei Geral de Concessões (art. 31), pode equacionar, ou ao menos mitigar, discussões corriqueiras, mas pouco debatidas na doutrina.
6. A alteração legislativa versa, basicamente, sobre a utilização de metodologia própria de negociação coletivas para os módulos concessórios, com o intento de inserir terceiro interessado (Poder Público), não só no aspecto formal, mas para conhecer, intermediar e prevenir potenciais conflitos que possam desaguar na descontinuidade ou outras controvérsias no serviço público delegado.
7. Destaca-se, ainda, que, além da mudança da lei setorial, a previsão no edital da licitação pode trazer adequado tratamento para essa dificuldade, estabelecendo premissas negociais na concorrência pública, com o respectivo espelhamento no contrato, criando obrigações entre as partes.
8. Ficou evidenciado que as propostas buscam minorar dificuldades recorrentes do poder público na modelagem dos módulos concessórios, em especial a falta de *expertise* e a baixa incidência de demandas dessa natureza, vez que são contratos absolutamente raros para a Administração Pública, notadamente pelo alongado prazo.
9. Os desafios levam em conta ausência de acervo local sobre módulo concessório, baixa capacidade de avaliação crítica por falta de profissionais especializados, ausência de conhecimento técnicos específicos e desafios para conhecimento de avanços tecnológicos, alterações legislativas e mudanças nas práticas setoriais e de mercado.
10. Diante de tantos desafios, os gestores públicos acabam por reproduzir modelos sem questionar a melhor forma de contratualização, levando a fórmulas e regras que nem sempre deram certo em todas as localidades aplicadas, nem sempre são as adequadas e, muitas das vezes, transportam para o novo contrato problemas e críticas sem que se avaliem as consequências futuras.
11. No tocante à terceirização por concessionários e parceiros privados, o trabalho trouxe contribuições acerca do regime jurídico dos contratos privados celebrados por parte do concessionário, bem como a sua interpretação frente ao julgamento da ADC 57/DF, realizado pelo Supremo Tribunal Federal.
12. A investigação do tema destacou comparativos entre a terceirização na iniciativa privada, na Administração Pública e nos módulos concessórios.

13. Na iniciativa privada, o debate acerca dos limites da terceirização sempre foi intenso. Com a alteração trazida pela Lei Federal nº 13.467/2017, houve expressa ampliação dos limites até então controvertidos, podendo, a partir de então, por ato de gestão empresarial, abranger qualquer atividade da empresa.
14. Autoriza-se, inclusive, a terceirização da atividade principal da empresa, superando o embate sobre os conceitos de atividade-meio e atividade-fim.
15. Na esteira da nova lei, tivemos o julgamento da ADPF nº 324/DF, pelo Supremo Tribunal Federal. Entendeu-se que havia incompatibilidade da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho frente ao comando legal, sendo firmada a tese que é lícita a terceirização de qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada.
16. A Administração Pública, por sua vez, dispondo de regras específicas, somente pode terceirizar a atividade-meio, já que o atendimento à atividade-fim se dá por servidores admitidos por concurso público, conforme regra do art. 37, II, da Carta Magna.
17. A Administração Pública Federal dispõe de regras específicas para estabelecer critérios objetivos na contratação de terceirizados – e até mesmo com o objetivo de definir limites para a distinção entre atividade-meio e atividade-fim –, traçadas no Decreto Federal nº 9.507/2018.
18. Espelhados na solução exitosa alcançada pela Administração Pública Federal, foi apresentada proposta de alteração na Lei Federal nº 8.666/1993, com o intuito de ampliar aos demais entes da federação o interessante modelo criado.
19. A alteração substancial se daria no art. 40, imputando regra objetiva e vinculante para a metodologia de reajuste no edital da licitação. A transposição do comando seria feita ao contrato, trazendo segurança jurídica à modelagem de reajustes de pessoal com base nas normas coletivas das categorias envolvidas.
20. A lógica da proposta é dinamizar a repactuação dos contratos de prestação de serviço com preponderância de mão de obra, dando vazão à liberdade negocial das categorias e transportando para o contrato administrativo o desequilíbrio causado.
21. Outra questão defendida na tese é que a contratação de atividades de terceiros em módulos concessórios – diversamente das contratações privadas e dos módulos convencionais instrumentais –, apresenta particularidades.

22. O ponto central reside na regra estabelecida no art. 25, §1º, da Lei de Concessões, que autoriza a concessionária a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como implantar projetos associados.
23. O conceito trazido na lei para atividades inerentes, acessórias ou complementares sempre foi pouco explorado e a redação da norma dificulta o claro entendimento da intenção do legislador na construção da norma, sendo corriqueiras as divergências conceituais que encaminham para conclusões diversas.
24. Nessa linha, propõe-se interpretar atividades inerentes como aquelas próprias do objeto contratual (contratos de prestação de serviços ou de obras por terceiros), que podem ser terceirizadas dentro da liberdade e de gestão da empresa, já que integram atividades de rotina e execução das metas e indicadores do contrato.
25. As atividades acessórias ou complementares, diferentemente das inerentes, derivam de oportunidade de negócio decorrente do módulo concessório e resultam em atividades econômicas. São atividades que buscam, através de inovação, atualidade tecnológica ou oportunidade de mercado, auferir receita (acessória ou complementar) em atividade tangente ao objeto contratual.
26. A pertinência da investigação se reafirma com o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC 57/DF, que declarou constitucional o §1º, do art. 25, da Lei Federal nº 8.987/1995 e não avançou nessas distinções tão fundamentais.
27. A tese, nesse ponto, traz contribuições para adequada classificação de tais atividades, dividindo em três categorias: (i) Contratos privados celebrados pelo concessionário: para atividades passíveis de ampla terceirização (atividades inerentes); (ii) Contratos públicos vedados à terceirização por parte do concessionário: para atividades objeto de subconcessão, que são proibidas de trespasse a terceiros sem prévia licitação e validação por parte do concedente (art. 26); e (iii) Contratos privados celebrados pelo concessionário com regulação: para as atividades passíveis de terceirização, mediante regras de regulação (atividades acessórias ou complementares).
28. Conclui-se o trabalho com breve explanação acerca do julgamento da ADC 57/DF, que declarou a constitucionalidade do art. 25, §1º, da Lei Federal nº 8.987/1995 e fez constar que o citado dispositivo estava alinhado com o entendimento do Plenário, quando do julgamento da ADPF nº 324/DF.

5. Bibliografia

ABDALA, Lara Bastos; BARRETO, Lucas Hayne Dantas. A súmula 331 do TST, a ADC 16 e a fiscalização de contratos pela Administração Pública: responsabilidade subsidiária? In: *Revista Científico*. v. 14, n. 28. Fortaleza, jul-dez, 2014, p. 167-190.

AGUIAR, Antonio Carlos. *Direito do trabalho 2.0: digital e disruptivo*. São Paulo: LTr, 2018.

_____. *Negociação coletiva de trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1997.

_____. Princípio da Impessoalidade. In: Thiago Marrara (Org.). *Princípios de Direito Administrativo: Legalidade, Segurança Jurídica, Impessoalidade, Publicidade, Motivação, Eficiência, Moralidade, Razoabilidade, Interesse Público*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 109-118.

AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. *Concessão de serviço público: distinção entre subcontratação, subconcessão, transferência da concessão e terceirização*. Disponível em: <<http://celc.com.br/pdf/comentarios/c2000/c24>>. Acesso em: 12 set. 2019.

ANDRADE, Letícia Queiroz de. *Teoria das relações jurídicas da prestação de serviços sob regime de concessão*. São Paulo: Malheiros, 2015.

ANDRADE, Tatiana Guimarães Ferraz. Terceirização. Trabalho Temporário. Trabalho autônomo. In: *Reforma trabalhista: reflexões e críticas*. Nelson Mannrich (Coord.), São Paulo: LTr, 2018, p. 108-114.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. As parcerias público-privadas - PPP'S no Direito positivo brasileiro. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 240, p. 105-146, abr. 2005. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/43621>>.

_____. Aspectos introdutórios da nova LINDB, In: *Lei de Introdução às normas do direito brasileiro – anotada, Vol. II*. CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da; ISSA, Rafael Hamze; SCHWIND, Rafael Wallbach (Coord.), São Paulo: Quartier Latin, 2019, p. 29-34.

_____. Revisão tarifária substitutiva da modelagem econômica licitada. In: MOREIRA, Egon Bockmann (Coord.). *Contratos administrativos, equilíbrio econômico-financeiro e a taxa interna de retorno: a lógica das concessões e parcerias público-privadas*. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 25-46.

_____. *Direito dos serviços públicos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

ARAÚJO, Edmir Netto de. *Curso de direito administrativo*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ARAÚJO, Fernando. *Teoria económica do contrato*. Coimbra: Almedina, 2007.

ÁVILA, Humberto. Repensando o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular. In: Daniel Sarmiento (Org.), *Interesses públicos versus interesses privados: desconstruindo o princípio da supremacia do interesse público*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 10. ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

ARIÑO ORTIZ, Gaspar. *Principios de derecho público económico*. Granada: Comares, 2004.

AZEVEDO, Eurico de Andrade, ALENCAR, Maria Lúcia Mazzei de. *Concessão de serviços públicos: comentários à Lei 8.987 e 9.074 (parte geral), com as modificações introduzidas pela Lei 9.648, de 27-5-98*. São Paulo: Malheiros, 1998.

AZEVEDO, Maria Eduarda. *As parcerias público-privadas: instrumento de uma nova governação pública*. Coimbra: Almedina, 2012.

BARROS, Alice Monteiro de. Fundamento social da greve. In: *Curso de direito coletivo do trabalho: estudos em homenagem ao ministro Orlando Teixeira da Costa*. (Coord.): Franco Filho, Georgenor de Souza. São Paulo: LTr, 1998.

BARROSO, Luis Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. *Interpretação e aplicação da constituição*. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. *O novo direito constitucional brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional brasileira*. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

BLANCHET, Luiz Alberto. *Concessão e permissão de serviços públicos: comentários à Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e a Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995*. Curitiba: Juruá, 1995.

BELEM, Bruno Moraes Faria Monteiro. A concessão administrativa nos serviços de relevância social. *A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 11, n. 44, p. 165-189, abr./jun. 2011.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 11. ed., São Paulo: Malheiros, 2001.

BORBA, Joselita Nepomuceno. Responsabilização pelos danos decorrentes do direito de greve. In: *Revista LTr*, v. 75, n. 05, mai/2011.

BRANCO, Adriano Murgel. O financiamento das obras e serviços públicos no modelo de câmara de compensação. In: *O financiamento de obras e de serviços públicos*. DALLARI, Adilson Abreu e BRANCO, Adriano Murgel. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BRITO, Bárbara Moreira Barbosa de; SILVEIRA, Antonio Henrique Pinheiro. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 56, n. 1, p. 7-21, jan./mar. 2005.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

BULLINGER, Martin. *Derecho publico y derecho privado*. Madri: Instituto de Estudios Administrativos, 1976, p. 21-25.

CALDAS, Roberto Correia da Silva Gomes. As parcerias público-privadas e suas tendências em dez anos de existência legal quanto a endividamento público e criação de infraestrutura. In: DAL POZZO, Augusto Neves; VALIM, Rafael AURÉLIO, Bruno; FREIRE, André Luiz. (Coord.). *Parcerias público-privadas: teoria geral e aplicação nos setores de infraestrutura*. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 495-511.

CÂMARA, Jacintho Arruda. *Tarifa nas concessões*. São Paulo: Malheiros Editores, 2009

CAMILO JUNIOR, Ruy Pereira. Nem Xamãs nem Pitonisas: consequencialismo e rigor técnico. Um comentário ao artigo 20, da LINDB, acrescido pela Lei n. 13.665/18. In: *Lei de Introdução às normas do direito brasileiro – anotada, Vol. II*. CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da; ISSA, Rafael Hamze; SCHWIND, Rafael Wallbach (Coord.), São Paulo: Quartier Latin, 2019, p. 86-92.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional*. 5. ed. 2. reimpr. Coimbra: Almedina, 1992.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. *Aspectos regulatórios e conceituais das políticas tarifárias dos sistemas de transporte público urbano no Brasil*. Texto para discussão 2192. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, abr. 2016.

CARVALHO, Matheus Vianna de. A responsabilidade civil do Estado pelos débitos trabalhistas das empresas por ele contratadas: ADC 16/2010 X Súmula 331 do TST. *Revista Bonijuris*, Curitiba, v. 24, n. 8, p. 79-81, ago., 2012.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; JORGE NETO, Francisco Ferreira. *O empregado público*. 5. ed., São Paulo: LTr, 2016.

COASE, Ronald H. O problema do custo social. Tradução de Francisco Kümmel F. Alves e Renato Vieira Caovilla; revisão técnica de Antônio José Maristrello Porto e Marcelo Lennertz. *Revista de Direito Público da Economia – RDPE*, Belo Horizonte, ano 7, n. 26, abr./jun. 2009.

_____. The problem of social cost. In: *The firm, the market and the law*. University of Chicago Press; First Edition (February 15, 1990).

COLLINS, Hugh. *The law of contract*. 4. ed., Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

COMISSÃO EUROPEIA. *Livro verde sobre as parcerias público-privadas e o direito comunitário em matéria de contratos públicos e concessões*. COM (2004) 327. Comissão Europeia, Bruxelas. Disponível em: < <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52004DC0327&rid=2>>. Acesso em 12 jul 2018.

_____. *Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Proposta de Decisão do Conselho relativa às orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros*. COM (2015) 098 final — 2015/0051. Comissão Europeia, Bruxelas. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52015AE1167&rid=2>. Acesso em 12 jul 2018.

COSSALTER, Phillipe. A private finance initiative. Trad.: Marçal Justen Filho. *Revista de Direito Público da Economia – RDPE*, n. 6, jan/mar. 2004, p. 127-180.

COUTINHO, Diogo Rosenthal. O direito nas políticas públicas. In: SUNDFELD, Carlos Ari e JURKSAITIS, Guilherme Jardim (Org.). *Contratos públicos e direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 447-480.

CRUZ, Carlos Oliveira; MARQUES, Rui Cunha. *O estado e as parcerias público-privadas*. Lisboa: Edições Sílabo, 2012.

DAL POZZO, Augusto Neves. *Aspectos fundamentais do serviço público no direito brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2012.

DANTAS, Ivo. *Teoria do estado contemporâneo*. 2 ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DE MASI, Domenico. *A sociedade pós-industrial*. Tradução de Anna Maria Capovilla, Luiz Sérgio do Nascimento Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Maria Cristina Guimarães Cupertino e Renato Ambrósio. 3. ed., São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 15. ed. São Paulo: LTr, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 32. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2019.

_____. O princípio da segurança jurídica diante do princípio da legalidade. In: Thiago Marrara (Org.). *Princípios de Direito Administrativo: Legalidade, Segurança Jurídica, Impessoalidade, Publicidade, Motivação, Eficiência, Moralidade, Razoabilidade, Interesse Público*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 3-29.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Limites da terceirização por concessionárias de serviços públicos. In: *Revista Consultor Jurídico*, 31 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-mar-31/interesse-publico-limites-terceirizacao-concessionarias-servicos-publicos>>. Acesso em: 22/08/2019.

_____. *Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquias, terceirização, parceria público-privada e outras formas*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. *Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

_____. Terceirização municipal em face da Lei de Responsabilidade Fiscal. *Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP*, Belo Horizonte, ano 14, n. 161, p. 36-44, maio 2015.

DONATO, Messias Pereira. *Curso de direito individual do trabalho*. 6. ed. São Paulo: LTr, 2008.

DUGUIT, León. *Manuel de droit constitutionnel*, 4. ed., Paris: E. Bocard, 1923, p. 43.

FARIA, José Eduardo. *O direito na economia globalizada*. 1. ed., 4. tir. (cont.), São Paulo: Malheiros, 2007.

FERNANDES, Reinaldo de Francisco. *Relação de emprego e (in)disponibilidade dos direitos*: proposta de modulação da autonomia da vontade. Porto Alegre: Lex Magister, 2016.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. *Direito Constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

FREITAS, Rafael Veras de. A subconcessão de serviço público. In: *Revista Brasileira de Infraestrutura*, Belo Horizonte, ano 5, n. 10, p. 75-101, jul./dez. 2016.

_____. Os contratos privados celebrados por concessionários de serviços públicos e a sua regulação. *Interesse Público – IP*, Belo Horizonte, ano 19, n. 101, p. 219-240, jan./fev. 2017.

GALANTINO, Luisa. *Diritto sindacale*. Torino: G. Giappichelli Editore, 2008.

GARCIA, Flávio Amaral. A remuneração nas concessões de rodovias. *Revista de Direito Público da Economia – RDPE*, Belo Horizonte, ano 2, n. 5, jan/mar. 2004, p. 43-60.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Reforma trabalhista*. 3. ed ver., amp e atual. Salvador: JusPODIVM, 2018.

_____. *Terceirização – trabalho temporário, cooperativas de trabalho*. Salvador: Ed. JusPODIVM, 2017.

GASIOLA, Gustavo Gil. Regulação de infraestrutura por contrato. *Revista Digital De Direito Administrativo*, v.2 n.1, 238-256. <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v2i1p238-256>.

GONÇALVES, Guilherme de Salles; GABARDO, Emerson (Coord.). *Direito da infraestrutura: temas de organização do estado, serviços públicos e intervenção administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GONÇALVES, Pedro. *A concessão de serviços públicos: uma aplicação da técnica concessória*. Coimbra: Almedina, 1999.

_____. *Entidades privadas com poderes públicos*. Coimbra: Almedina, 2005.

_____. *O contrato administrativo: uma instituição do direito administrativo do nosso tempo*. Coimbra: Almedina, 2003.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. *Contratos administrativos: gestão, teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAU, Eros. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. Direitos dos usuários. *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/74/edicao-1/direitos-dos-usuarios>>.

_____. *O serviço público e a Constituição Brasileira de 1988*. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

GUERRA, Jorge Rodríguez. *Capitalismo flexible y Estado de bienestar*. Ed. Comares. Granada. 2001.

GUERRA, Sérgio. *Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GUIMARÃES, Bernardo Strobel. Direito privado na administração pública brasileira atual: algumas perspectivas. In: MARRARA, Thiago (Org.). *Direito administrativo: transformações e tendências*, São Paulo: Almedina, 2014, p. 207-225.

_____. Formas de prestação de serviços públicos. *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/85/edicao-1/formas-de-prestacao-de-servicos-publicos>>.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. Aspectos jurídicos da licitação na parceria público-privada. *Revista de Contratos Públicos – RCP*, Belo Horizonte, ano 3, n. 3, p. 73-97, mar./ago. 2013.

_____. O equilíbrio econômico-financeiro nas concessões e PPPs: formação e metodologia para recomposição. In: MOREIRA, Egon Bockmann (Coord.). *Contratos administrativos, equilíbrio econômico-financeiro e a taxa interna de retorno: a lógica das concessões e parcerias público-privadas*. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 89-108.

_____. Repartição de riscos nas Parcerias Público-Privadas. *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopedia.juridica.pucsp.br/verbete/28/edicao-1/reparticao-de-riscos-nas-parcerias-publico-privadas>>.

HARB, Karina Houat. Princípio da continuidade do serviço público e interrupção. *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopedia.juridica.pucsp.br/verbete/87/edicao-1/principio-da-continuidade-do-servico-publico-e-interruptao>>.

IALAMIN, Eduardo; JUSTEN, Mônica Spezia. *Parcerias público-privadas: um enfoque multidisciplinar*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. *Direito do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. Art. 20 da LINDB - Dever de transparência, concretude e proporcionalidade nas decisões públicas. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, p. 13-41, nov. 2018. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/77648>>. Acesso em: 12 mai. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.12660/rda.v0.2018.77648>.

_____. Considerações sobre a equação econômico-financeira das concessões de serviço público: a questão da TIR. In: MOREIRA, Egon Bockmann (Coord.). *Contratos administrativos, equilíbrio econômico-financeiro e a taxa interna de retorno: a lógica das concessões e parcerias público-privadas*. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 405-432.

_____. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

_____. Conceito de interesse público e a “personalização” do Direito Administrativo. *Revista Trimestral de Direito Público*. n. 26, 1999, p. 115-136.

_____. Concessões de rodovias: a experiência brasileira. In: SUNDFELD, Carlos Ari (Coord.). *Parcerias público-privadas*. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. *Concessões de serviços públicos: comentários às leis n. 8.987 e 9.074, de 1995*. São Paulo: Dialética, 1997.

_____. *Curso de direito administrativo*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

_____. *Teoria geral das concessões de serviços públicos*. São Paulo: Dialética, 2003.

_____. *Teoria geral das concessões de serviço público*, 3ª reimpressão. São Paulo: Dialética, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal e SCHWIND, Rafael Wallbach. Introdução: Reflexões iniciais a partir dos 10 anos da Lei das PPP. *Parcerias público-privadas, reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015

KLEIN, Aline Lícia. Formas de extinção das concessões e seus efeitos. *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/81/edicao-1/formas-de-extincao-das-concessoes-e-seus-efeitos>>.

KLIPPEL, Bruno. *Direito sumular esquematizado – TST*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LANIUS, Danielle Cristina. Da necessidade de licitação nos casos de subcontratação, subconcessão, transferência da concessão ou do controle acionário da concessionária de serviços públicos. In: *Revista de Informação Legislativa*, Brasília a. 37 n. 146 abr./jun. 2000, p. 65-76.

LEITE, Fábio Barbalho. A licitude da cessão de contrato administrativo e operações similares e o mito do personalismo dos contratos administrativos. In: *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro: Renovar, v. 1, abr./jun. 2003.

LEITE, Fernanda Menezes. Terceirização trabalhista: regramento atual e pontos controvertidos. In: Amanda Barbosa, Andréia Chiquini Bugalho, Luiza de Oliveira Garcia Miessa dos Santos (Org.). *Atualidades e tendências do direito e processo do trabalho*. Salvador: JusPodivm, 2018, vol. 2, p. 171-191.

LOPES, Mônica Sette. *A convenção coletiva e sua força vinculante*. São Paulo: LTr, 1998.

MACIEL, José Alberto Couto. Comentários à lei 13.429, de 31 de março de 2017, no que concerne à terceirização. *Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual*, n. 217 (2018): julho.

MACHADO, Cristiane Lucidi. Receitas alternativas, complementares, acessórias e de projetos especiais nas concessões de serviços públicos: exegese do art. 11 da Lei nº 8.987/95. *Revista de Direito Público da Economia – RDPE*, Belo Horizonte, ano 2, n. 7, p. 97-107, jul./set. 2004.

MADERS, Angelita Maria. Convênios e consórcios: peculiaridades. *Direito em Debate*, ano XV, nº 27, 28, p. 7-31, jan./jun./jul./dez. 2007.

MAEDA, Patrícia. Terceirização no Brasil: histórico e perspectivas. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, Campinas, SP, n. 49, p. 127-150, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/103358>>.

MANNRICH, Nelson. *A modernização do contrato de trabalho*. São Paulo: LTr, 1998.

_____. Direito do trabalho em tempos de crise: qual a medida da reforma? *Revista eletrônica Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, Curitiba, PR, v. 6, n. 58, p. 31-47, mar./abr. 2017.

_____. Empregabilidade, ocupação e novas formas de trabalho. In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo* v. 100 p. 103-119 jan./dez. 2005.

_____. Reconstrução do Direito do Trabalho. In: *Os Pilares do Direito do Trabalho*. MARTINS FILHO, Yves Gandra; MANNRICH, Nelson; PRADO, Ney. São Paulo, Lex Magister, 2013, p. 559-578.

_____. Reinventando o direito do trabalho: novas dimensões do trabalho autônomo. In: FREDIANI, Yone (Coord.). *A valorização do trabalho autônomo e a livre-iniciativa*. Porto Alegre: Magister, 2015, p. 229-255.

_____. Sindicatos e crise econômica: heróis ou vilões. In: *Revista Magister de Direito do Trabalho*, n. 41, mar-abr/2011, p. 5-22.

MARQUES, Rui Cunha. A participação do setor privado nos serviços de saneamento: expectativas, desafios e questões regulatórias. In: *Regulação do saneamento básico: 5 anos de experiência da ARES-PCJ*. Carlos Roberto de Oliveira, Dalto Favero Brochi, Carlos Roberto Gravina (Org.). São Paulo: Essential Idea Editora, 2016, p. 283-296.

_____. *A regulação dos serviços públicos*. Editora Sílabo: Lisboa, 2005.

_____. Comparing private and public management performance of Portuguese water services. In: *Water Policy*, v. 10- Issue 1, 2008, 25-42.

MARQUES, Rui Cunha; SILVA; Duarte. As Parcerias Público-Privadas em Portugal: Lições e recomendações. In: *Revista de Estudos Politécnicos*. 2008, vol. VI, nº 10, p. 33-50.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. A nova regulação dos serviços públicos. In: *Revista de Direito Administrativo*, vol. 228, Rio de Janeiro, Renovar, abr./jun. 2002, p. 13-29.

_____. As parcerias público-privadas no saneamento ambiental. In: SUNDFELD, Carlos Ari (Org.), *Parcerias público-privadas*, São Paulo, Malheiros, 2005, p. 276-325.

_____. As políticas de universalização, legalidade e isonomia: o caso do telefone social. *RDPE 14/77*, Belo Horizonte: Fórum, abril-junho/2006.

_____. *Concessões*. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

_____. Interesses públicos e privados na atividade estatal de regulação. In: Thiago Marrara (Org.). *Princípios de Direito Administrativo: Legalidade, Segurança Jurídica, Impessoalidade, Publicidade, Motivação, Eficiência, Moralidade, Razoabilidade, Interesse Público*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 419-440.

_____. Parcerias público-privadas: conceito. *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/32/edicao-1/parcerias-publico-privadas:-conceito>>.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; LOUREIRO, Caio de Souza. A (re)afirmação do equilíbrio econômico-financeiro das concessões. *Revista de Direito Público da Economia – RDPE*, Belo Horizonte, ano 12, n. 47, p. 125-151, jul./set. 2014, p. 141.

MARRARA, Thiago. *A formatação do equilíbrio econômico-financeiro e seus respectivos aditamentos em contratos de concessão comum e parcerias público-privadas de municípios vinculados à ARES-PCJ*. Parecer Jurídico. Disponível em: <<http://www.arespcj.com.br/files/files/ESTUDO%20N%2004%20-%202018%20-%20MODIFICACAO%20DE%20CONCESSOES.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2019.

_____. O conteúdo do princípio da moralidade: probidade, razoabilidade e cooperação. In: Thiago Marrara (Org.). *Princípios de Direito Administrativo: Legalidade, Segurança Jurídica, Impessoalidade, Publicidade, Motivação, Eficiência, Moralidade, Razoabilidade, Interesse Público*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 159-179.

MARTINEZ, Luciano. *Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS, Licínio Lopes. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo: algumas reflexões. *Revista de Contratos Públicos – RCP*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, mar./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCntd=0268>>.

MARTINS, Sérgio Pinto. *A terceirização e o direito do trabalho*. 9 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *O direito administrativo em evolução*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. Nota sobre a contratualização na atividade administrativa. *Revista de Contratos Públicos – RCP*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 241-249, mar./ago. 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 41. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

_____. *Direito administrativo brasileiro*. 43. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.

_____. *Licitações e contrato administrativo*. São Paulo: Malheiros, 10. ed., 1991.

MELE, Eugenio. *Manuale di diritto amministrativo*, Torino: G. Giappichelli Editore, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 34. ed., São Paulo: Malheiros, 2019.

MENEZES DE ALMEIDA, Fernando Dias. *Contrato administrativo*, São Paulo: Quartier Latin, 2012.

_____. Contratos administrativos nos dias atuais. *Interesse Público – IP*, Belo Horizonte, ano 17, n. 90, p. 37-62, mar./abr. 2015.

_____. Princípio da impessoalidade. In: Thiago Marrara (Org.). *Princípios de Direito Administrativo: Legalidade, Segurança Jurídica, Impessoalidade, Publicidade, Motivação, Eficiência, Moralidade, Razoabilidade, Interesse Público*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 109-118.

MONTEIRO, Vera Cristina Caspari. *A caracterização do contrato de concessão após a edição da Lei nº 11.079/2004*. 2009. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.2.2009.tde-24112009-131838. Acesso em: 2019-07-01.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional administrativo*. São Paulo: Atlas, 2002.

MOREIRA, Egon Bockmann. Concessão de serviços públicos: breves notas sobre a atividade empresarial concessionária. *Revista de Direito da Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro*, n. 1, p. 100-112, 2012.

_____. *Direito das concessões de serviço público: inteligência da Lei 8.987/1995*. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. O Princípio da Legalidade, a Lei e o Direito. In: Thiago Marrara (Org.). *Princípios de Direito Administrativo: Legalidade, Segurança Jurídica, Impessoalidade, Publicidade, Motivação, Eficiência, Moralidade, Razoabilidade, Interesse Público*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 45-61.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de direito administrativo*. 12. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. *Direito regulatório*, Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. *Poder, direito e Estado: o direito administrativo em tempos de globalização – in memoriam de Marcos Juruena Villela Souto*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *Eficácia nas licitações e contratos: doutrina, jurisprudência e legislação*. 10. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Compêndio de direito sindical*. 7. ed., São Paulo: LTr, 2012.

_____. *Curso de direito do trabalho*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. *Direito contemporâneo do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. *Iniciação ao direito do trabalho*. 40. ed. São Paulo: LTr, 2015.

NATAL, Tatiana Esteves. A divisão de riscos e o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão de serviço público no estado regulador. *Revista de Direito da Procuradoria Geral*, Rio de Janeiro, n. 67, p. 218-249, 2013.

NIEBUHR, Pedro de Menezes. *Parcerias público-privadas: perspectiva constitucional brasileira*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

NOHARA, Irene Patrícia. *Reforma administrativa e burocracia: impacto da eficiência na configuração do direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2012.

NOHARA, Irene Patrícia; CÂMARA, Jacintho Arruda. Licitação e Contrato Administrativo. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Tratado de direito administrativo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

OLGIATI, Vittorio. Direito positivo e ordens sociojurídicas: um “engate operacional” para uma sociologia do direito europeia. In: FARIA, José Eduardo (Org.). *Direito e globalização econômica: implicações e perspectivas*. São Paulo: Malheiros, 1996.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *A greve nos serviços essenciais no Brasil e na Itália*. São Paulo: LTr, 2013.

_____. O fortalecimento do pacto federativo através dos consórcios públicos de regulação do saneamento. In: *Regulação do saneamento básico: 5 anos de experiência da ARES-PCJ*. Carlos Roberto de Oliveira, Dalto Favero Brochi, Carlos Roberto Gravina (Org.). São Paulo: Essential Idea Editora, 2016, p. 94-109.

OLIVEIRA, Fernão Justen de. *Parceria público-privada: aspectos de direito público econômico (Lei nº 11.079/2004)*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Agências reguladoras intermunicipais de saneamento básico: atualidade, problemática e desafios. In: *Regulação do saneamento básico: 5 anos de experiência da ARES-PCJ*. Carlos Roberto de Oliveira, Dalto Favero Brochi, Carlos Roberto Gravina (Org.). São Paulo: Essential Idea Editora, 2016, p. 20-40.

_____. *Contrato de gestão*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

_____. *Direito administrativo democrático*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

_____. Participação administrativa. *A&C Revista de Direito Administrativo e Constitucional*, Belo Horizonte, a. 5, n. 20, p. 167-194, abr./ jun. 2005.

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. Tipos de licitação: arts. 45 e 46 da Lei nº 8.666/1993. In: *Comentários ao sistema legal brasileiro de licitações e contratos administrativos*. PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres (Coord.), São Paulo: Editora NDJ, 2016, p. 249-272.

OLIVEIRA, Marcelo Augusto Souto de. Terceirização: avanços e retrocessos. *Revista Justiça do Trabalho*, ano 22, nº 253, jan./2005, p. 21.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Administração pública, concessões e terceiro setor*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

_____. *Novo perfil da regulação estatal: Administração Pública de resultados e análise de impacto regulatório*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

OTERO, Paulo. *Privatizações, reprivatizações e transferência de participações sociais no interior do sector público*. Coimbra: Coimbra, 1999.

PALMA, Juliana Bonacorsi de. *Sanção e acordo na Administração Pública*. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

PASTORE, José; PASTORE, José Eduardo G. *Terceirização: necessidade para a economia, desafios para o direito*. São Paulo: LTr, 2015.

PEDUZZI, Maria Cristina Irigoyen. A greve nos serviços essenciais e nos serviços inadiáveis. In: *Curso de direito coletivo do trabalho: estudos em homenagem ao Ministro Orlando Teixeira da Costa*. FRANCO FILHO, Georgenor de Souza. São Paulo: LTr, 1998, p. 484-502.

PEREIRA, Cláudia Fernanda de Oliveira. *Reforma Administrativa: o Estado, o serviço público e o servidor*. Brasília: Brasília Jurídica, 1998.

PEREIRA, Leone. Terceirização – Aspectos atuais e polêmicos. *Revista de Direito do Trabalho*. vol. 162. ano 41. p. 15-43. São Paulo: Ed. RT, mar.-abr. 2015.

PEREZ, Marcos Augusto. *O risco no contrato de concessão de serviço público*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2006.

_____. Receitas alternativas, complementares, acessórias ou derivadas de projetos associados. *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (Coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/50/edicao-1/receitas-alternativas,-complementares,-acessorias-ou-derivadas-de-projetos-associados>

PESTANA, Márcio. *Direito administrativo brasileiro*. 2. ed., Rio de Janeiro: Campus Jurídico, 2010.

PINTO, José Augusto Rodrigues. *Direito sindical e coletivo do trabalho*. São Paulo: LTr, 1998.

POSNER, Richard. *Natural monopoly and its regulation*. Washington: Cato Institute, 1999.

RAMOS, Dora Maria de Oliveira. A terceirização em matéria de poder de polícia: o caso das vistorias veiculares. In: MARQUES NETO, Floriano de Azevedo et al. (Org.). *Direito e administração pública: estudos em homenagem à Maria Sylvia Zanella di Pietro*. São Paulo: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Wladimir Antônio. A forma e a função: as relações entre independência, regulação e competência do regulador. In: *Regulação do saneamento básico: 5 anos de experiência da ARES-PCJ*. Carlos Roberto de Oliveira, Dalto Favero Brochi, Carlos Roberto Gravina (Org.). São Paulo: Essential Idea Editora, 2016, p. 41-73.

RICCI, Maurizio. *Sciopero e servizi pubblici essenziali. Commento alla legge n. 146/1990, modificata e integrata dalla legge n. 83/2000*. Torino: G. Giappichelli Editore, 2001.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *Estudo sobre concessão e permissão de serviço público no direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1996.

ROCHA, Iggor Gomes. Concessão de serviço público e parceria público-privada: da garantia ao equilíbrio econômico-financeiro à partilha contratual de riscos. In: GONÇALVES, Guilherme Salles; GABARDO, Emerson (Coord.). *Direito da infraestrutura: temas de organização do Estado, serviços públicos e intervenção administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 97-133.

RODRÍGUEZ, Américo Plá. *Los principios del derecho del trabajo*. 4. ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2015.

ROPPO, Enzo. *O contrato*. Lisboa: Almedina, 1988.

ROTH, André-Noël. O direito em crise: fim do estado moderno? In: *Direito e globalização econômica*. FARIA, José Eduardo (Org.). São Paulo: Malheiros Editores, 1996, p. 15-27. Tradução: Margareth Cristina Toba e Márcia Maria Lopes Romero.

SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos. Definição da Modalidade, princípio e fase preparatória: arts. 1º ao 3º da Lei nº 10.520/2002, arts. 1º ao 3º do Decreto federal nº 3.555/2000 e arts. 1º ao 8º de seu anexo I. In: *Comentários ao sistema legal brasileiro de licitações e contratos administrativos*. PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres (Coord.), São Paulo: Editora NDJ, 2016, p. 507-536.

SAINTIVE, Marcelo Barbosa; CHACUR, Regina Simões. *A regulação tarifária e o comportamento dos preços administrados*. SEAE/MF - Documento de Trabalho nº 33. Mai/2006. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B03FAE02692>>.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Regulação, desenvolvimento e meio ambiente. In: *Regulação e desenvolvimento: novos temas*, SALOMÃO FILHO, Calixto (Org.), São Paulo: Malheiros Editores, 2012, p. 15-59.

SCHIER, Adriana da Costa Ricardo. Princípio da universalidade. *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

SCHIRATO, Vitor Rhein. A noção de serviço público nas parcerias público-privadas. In: *Revista de Direito Público da Economia*, vol. 20, Belo Horizonte, Fórum, out./dez. 2007, p. 219-235.

_____. *Livre iniciativa nos serviços públicos*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

_____. O reajuste tarifário nas concessões de serviços públicos. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 13, n. 54, p. 149-168, out./dez. 2013.

SCHWIND, Rafael Wallbach. *Remuneração do concessionário: concessões comuns e parcerias público-privadas*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

SCHUNCK, Giuliana Bonanno. *Contratos de longo prazo e dever de cooperação*. 2013. Tese (Doutorado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SELZNICK, Philip. (1985) Focusing Organisational Research on Regulation. In: NOLL, R., Ed., *Regulatory Policy and the Social Sciences*, University of California Press, Berkeley, 363-364.

SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado*, vol. 1: Parte Geral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. *Comentários à reforma trabalhista*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, Otavio Pinto e. *Subordinação, autonomia e parassubordinação nas relações de trabalho*, São Paulo: LTr, 2004.

SOUTO, Marcos Juruena Vilella. *Desestatização. Privatização, concessões e terceirizações*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

_____. *Direito administrativo das parcerias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Terceirização na Administração Pública: uma prática inconstitucional. *Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União*, n. 17, 2005.

SOUZA, Rodrigo Pagani de. Em busca de uma administração pública de resultados. In: PEREZ, Marcos Augusto; SOUZA, Rodrigo Pagani de. *Controle da administração pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 39-61.

SUNDFELD, Carlos Ari. *Direito administrativo para céticos*, 2. ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

_____. O direito administrativo entre os clips e os negócios. *Revista de Direito Público da Economia – RDPE*. Belo Horizonte, ano 5, n. 18, p. 33-39, abr./jun. 2007.

_____. *Parcerias público-privadas*. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

SUPIOT, Alain et al. *Transformações do trabalho e futuro do direito do trabalho na Europa*. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes et al. *Instituições de direito do trabalho*. 19. ed. atualizada por Arnaldo Süssekind e João de Lima Teixeira Filho. São Paulo: LTr, 2000. 2 v.

VORONOFF, Alice. *Direito administrativo sancionador no Brasil*. 1. Reimpressão - Belo Horizonte: Fórum, 2018.

WERNECK, Bruno Dario; RODRIGUES, Mariana Ferreira; NASCIMENTO, Marcos de Sá. Contratos privados decorrentes de parcerias público-privadas. In: DAL POZZO, Augusto Neves; VALIM, Rafael AURÉLIO, Bruno; FREIRE, André Luiz. (Coord.). *Parcerias público-privadas: teoria geral e aplicação nos setores de infraestrutura*. Belo Horizonte: Fórum, 2014, p. 479-493.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations. *Journal of Law and Economics*, vol. 22, n. 2, 1979.

ZANOBINI, Guido. *Corso di diritto amministrativo*. Milano: Giuffrè, 1955.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. *Da intervenção do estado no domínio social*. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

_____. *Da terceirização na administração pública*. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

ANEXOS

Cálculo De Despesas Com Pessoal Em Módulos Concessórios De Saneamento Básico ⁴⁶⁸

---

⁴⁶⁸ Os dados lançados foram solicitados junto à AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (ARES-PCJ), consórcio público de direito público, regulador dos serviços de saneamento básico, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007, e responsável pela fiscalização dos contratos citados. Para maiores informações, vide: <www.arespcj.com.br>.

1.1. ATIBAIA SANEAMENTO S/A

Município de Atibaia/SP:

A contrato de concessão do Município de Atibaia/SP, firmado com a concessionária Atibaia Saneamento S/A, prevê, na cláusula 20 (vinte) do contrato de PPP, que o cálculo de reajuste da Contraprestação se dará através da seguinte fórmula paramétrica:

$$IR1 = P1 * \left(\frac{IMO_i}{IMO_o} \right) + P2 * \left(\frac{ICC_i}{ICC_o} \right)$$

$$CPF_i = CPF_o * IR1$$

$$IR2 = \left[P3 \left(\frac{IMO_i}{IMO_o} \right) + P4 \left(\frac{ICC_i}{ICC_o} \right) + P5 \left(\frac{IEE_i}{IEE_o} \right) + P6 \left(\frac{IPA_i}{IPA_o} \right) \right]$$

$$CPV_i = CPV_o * IR2$$

$$CPI = CPF_i + CPV_i:$$

Onde:

CPI - é o valor da contraprestação reajustada;

CPF_i - é o valor da contraprestação fixa reajustada;

CPV_i - é o valor da contraprestação variável reajusta;

CPV_o - é o valor da contraprestação variável ofertada pela licitante vencedora;

$IR1$ - é o Índice de reajuste calculado para a contraprestação fixa;

$IR2$ - é o Índice de reajuste calculado para a contraprestação variável;

IMO_i - índice de mão de obra (FGV) correspondente ao segundo mês anterior ao do reajuste da contraprestação;

IMO_o - é o mesmo índice, correspondente ao segundo mês anterior à data base definida no contrato;

ICC_i - é o Índice nacional de custo da construção (FGV), correspondente ao segundo mês anterior ao do reajuste da contraprestação;

ICC_o - é o mesmo índice, correspondente ao segundo mês anterior à data base definida no contrato;

IEE_i - é o Valor da tarifa de energia referente ao grupo A - sub-grupo A4 (2,3KV a 25kV) correspondente ao segundo mês anterior ao do reajuste da contraprestação;

IEE_o - é o mesmo índice, correspondente ao segundo mês anterior à data base definida no contrato;

IPA_i - é o índice IPA-Origem- OG DI - Produtos industriais - indústria de transformação - produtos químicos (1006820) correspondente ao segundo mês anterior ao do reajuste da contraprestação;

IPA_o - é o mesmo índice, correspondente ao segundo mês anterior à data base definida no contrato.

$P1$ a $P6$ - são fatores de ponderação estabelecidos na proposta comercial.

2Características do Parâmetro Pessoal ou Mão de Obra – “IMO”

Índice de Mão de Obra – IMO, que é publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, através da Revista Conjuntura Econômica.

1.2. ÁGUAS DE HOLAMBRA SANEAMENTO SPE LTDA.

Município de Holambra/SP:

A contrato de concessão do Município de Holambra/SP, firmado com a concessionária Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda, prevê que o cálculo da tarifa se dará através da seguinte fórmula paramétrica:

$$IR=II*INCC+IE*TE+IMO*ICC+IO*IGPM$$

Onde:

IR = Percentual de reajuste da Tarifa.

II = Incidência de investimento, fixados em 50%.

IE = Incidência de energia nos custos dos serviços, fixados em 20%.

IMO = Incidência de mão de obra nos custos dos serviços, fixados em 16%.

IO = Incidência de demais insumos, fixados em 14%.

INCC = Variação percentual do Índice Nacional do custo de construção – FGV

TE = Índice de reajuste da energia elétrica da concessionária – CEMIRIM

ICC = Índice de mão de obra (coluna 56) FGV

IGPM = Variação percentual do Índice Geral de Preços de Mercado

Características do Parâmetro Pessoal ou Mão de Obra – “IMO”

Índice de Mão de Obra – IMO, que é publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, através da Revista Conjuntura Econômica.

1.3. COMPANHIA DE SANEAMENTO DE JUNDIAÍ - CSJ.

Município de Jundiaí/SP:

A contrato de concessão do Município de Jundiaí/SP, firmado com a concessionária Companhia de Saneamento de Jundiaí - CSJ, prevê que o cálculo da tarifa referencial de serviços de tratamento de esgotos, se dará através da seguinte fórmula paramétrica:

$$TR_n = T_o \left[\left(\frac{CMC}{CM} * \frac{C_n}{C_o} \right) + \left(\frac{CMP}{CM} * \frac{P_n}{P_o} \right) + \left(\frac{CME}{CM} * \frac{E_n}{E_o} \right) + \left(\frac{CMM}{CM} * \frac{M_n}{M_o} \right) \right]$$

Onde:

TR_n Tarifa reajustada ao mês “n”

T_o Tarifa relativa ao mês “o”

CMC Custo Marginal do Capital investido

CMP Custo Marginal das Despesas com Pessoal e encargos sociais

CME Custo Marginal das despesas com energia elétrica

CMM Custo Marginal das Despesas com Manutenção

CM Custo Marginal Total

C_n Índice geral de preços do Mercado - IGP-M no mês n

C_o Idem, relativo ao mês “o”

P_n Índice de reajuste de salários do pessoal no mês n

P_o idem, relativo ao mês “o”

E_n Índice de reajuste de energia elétrica para o mês n

E_o idem mês “o”

M_n Índice geral de preços - IGP-DI no mês n

M_o idem mês “o”

Características do Parâmetro Pessoal ou Mão de Obra

Convenção Coletiva do Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo
– SINICESP (data-base: 1º de maio).

1.4. BRK AMBIENTAL-LIMEIRA S/A

Município de Limeira/SP:

A contrato de concessão do Município de Limeira/SP, executado pela concessionária BRK Ambiental Limeira S/A, prevê que o cálculo da tarifa se dará através da seguinte fórmula paramétrica:

$$IRP = \frac{0,4014 \times A + 13,6294 \times B + 7,40 \times C + 14,22 \times D + 1,73 \times E + F + 5,86 \times G + 40,69 \times H + 12,17 \times I}{100}$$

Onde:

IRP = Índice de reajuste ponderado;

A= INCC-DI-Mão de Obra - Índice de variação no período acumulado de 12 meses do Índice Nacional da Construção Civil-Disponibilidade Interna - Mão de Obra -Código 160906, publicado do pela Fundação Getúlio Vargas;

B= Energia Elétrica - Índice de variação da energia elétrica no período acumulado de 12 meses estabelecido através de resolução da ANEEL -Agência Nacional de Energia Elétrica;

C= IPA-OG-DI-Produtos químicos - Índice de variação no período acumulado de 12 meses do Índice de Preços ao Produtor Amplo, Origem, Disponibilidade Interna, Código 1420683, publicado do pela Fundação Getúlio Vargas;

D= INCC-M - Índice de variação no período acumulado de 12 meses do Índice Nacional da Construção-Mercado, Código 200071, publicado do pela Fundação Getúlio Vargas;

E= IPA-EP-DI-Bens de Investimentos- Índice de variação no período acumulado de 12 meses do Índice de Preços ao Produtor Amplo - Estágios de Processamento – Disponibilidade Interna, Código 1416648, publicado do pela Fundação Getúlio Vargas. (Anexo I - Tabela 5);

F=US\$ - Índice de variação no período acumulado de 12 meses do Dólar Americano, divulgado pelo BACEN;

G= TLP - Taxa de Longo Prazo (TLP) substitui a TJPL nos contratos do BNDES firmados a partir de 1º de janeiro de 2018 e será definida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Juros Reais. A apuração será em base mensal de acordo com a fórmula estabelecida pela resolução Bacen nº 4.600 de 25/09/2017;

H= IPCA-E - Índice de variação no período acumulado de 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial, publicado pelo IBGE;

I= IGP-M - Índice de variação no período acumulado de 12 meses do Índice Geral de Preços do mercado pela publicado pela FGV;

A= INCC-DI-Mão de Obra - Índice de variação no período acumulado de 12 meses do Índice Nacional da Construção Civil-Disponibilidade Interna - Mão de Obra -Código 160906, publicado do pela Fundação Getúlio Vargas.

Características do Parâmetro Pessoal ou Mão de Obra

O INCC-DI-Mão de Obra - Índice de variação no período acumulado de 12 meses do Índice Nacional da Construção Civil. (Mão de Obra -Código 160906), publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

1.5. SESAMM - SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S/A

Município de Mogi Mirim/SP:

O contrato de concessão firmado entre o Município de Mogi Mirim/SP e a sociedade de propósito específico SESAMM – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, prevê que o reajuste da Contraprestação Pecuniária (CP), se dará através da seguinte fórmula paramétrica:

$$\text{IRTO} = \frac{\text{ISGMO} + \text{IREE} + \text{IGP-M}}{3}$$

Características do Parâmetro pessoal ou Mão de Obra

O ISGMO = Índice de Serviços Gerais com Predominância de Mão de Obra, é calculado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

1.6. ÁGUAS DO MIRANTE S.A

Município de Piracicaba/SP:

O Contrato de Parceria Público-Privada firmado entre o Município de Piracicaba/SP e a concessionária Águas do Mirante S.A., prevê que o reajuste do Preço de Referência (PR), se dará através da seguinte fórmula paramétrica:

$$PR = 1 + (0,50 \times IPCA) + (0,20 \times IGP-M) + (0,15 \times INCC) + (0,15 \times E)$$

Onde:

IPCA = Variação percentual acumulada dos últimos 12 (doze) meses, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo IBGE;

IGP-M = Variação percentual acumulada dos últimos 12 (doze) meses, do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado e divulgado pela FGV;

INCC = Variação percentual acumulada dos últimos 12 (doze) meses, do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), calculado e divulgado pela FGV

E = Variação percentual acumulada dos últimos 12 (doze) meses, da tarifa de Energia Convencional A4 (TUSD+TE) da CPFL, instituído e publicado pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

Características do Parâmetro Pessoal ou Mão de Obra

O contrato não deixa explícito qual o índice reajusta o parâmetro de Mão de Obra, mas o usual é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo IBGE.

1.7. AMBIENT SERVIÇOS AMBIENTAIS DE RIBEIRÃO PRETO S.A

Município de Ribeirão Preto/SP:

O contrato de concessão firmado entre o Município de Mogi Mirim/SP e a sociedade de propósito específico SESAMM – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, prevê que o reajuste da contraprestação se dará através da seguinte fórmula paramétrica:

$$R = \frac{(C_f + C_v * V_{ef})}{(1 - (T_g + I_{sf}))}$$

Onde:

$$C_f = (C_{rc} + C_{dc}) + (C_p + C_{ef}) * (1 + T_a)$$

$$C_v = (C_m + C_q + C_{ec}) * (1 + T_a)$$

Onde:

C_p: Custos de Pessoal;

C_{ef}: Custos fixos de Energia Elétrica;

C_m: Custos de Manutenção;

C_q: Custos de Reativos Químicos;

C_{ec}: Custos Variáveis de Energia Elétrica;

C_{dc}: Custos de Depreciação de Capital;

C_{rc}: Custos de Remuneração de Capital;

T_a: Taxa de Administração;

V_{ef}: Volume Mensal de Esgoto Tratado pela Estação.

Características do Parâmetro Pessoal ou Mão de Obra

Os funcionários da Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A, são representados pelos seguintes sindicatos: Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento e de Mármore e Granitos de Ribeirão Preto.

1.8. BRK AMBIENTAL – RIO CLARO S/A

Município e Rio Claro/SP:

O contrato de Parceria Público-Privada firmado entre o Município de Rio Claro/SP e a BRK Ambiental – Rio Claro S.A., prevê o reajuste do VRS – Valor Referencial dos Serviços, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, através da seguinte fórmula:

$$\text{Reajuste} = \text{VRS} \times \left(\frac{\text{IPCA}/\text{P1}}{\text{IPCA}/\text{P0}} \right) =$$

Características do Parâmetro Pessoal ou Mão de Obra

A fórmula para reajuste da contraprestação é dada por único parâmetro, considerado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo IBGE.

1.9. SANESALTO SANEAMENTO S/A

Município de Salto/SP:

O contrato de concessão firmado entre o Município de Salto/SP e a concessionária SANESALTO Saneamento S/A, prevê o reajuste da Tarifa de Concessão (Ttn), pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, através da seguinte fórmula:

$$Ttn = Tto \times [(a \times Em/Eo) + (b \times Mn/Mo) + (c \times Cn/Co) + (d \times Rn/Ro)]$$

Onde:

Ttn = Tarifa de concessão reajustada para tratamento de esgotos;

Tto = Tarifa de concessão para tratamento de esgotos;

Em/Eo = Registra a atualização da parcela de custos com energia elétrica consumida e potência instalada;

Em = Tarifa praticada pela CPFL para a classe de fornecimento em questão, relativa ao mês objeto do reajustamento;

Eo = idem, retroagida em 12 meses; Mn/Mo = Registra a atualização da parcela de custos de pessoal;

Mn = Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE), relativo ao mês do reajustamento;

Mo = Idem, retroagido em 12 meses;

Cn/Co = Registra a atualização da parcela dos custos de conservação, manutenção e outros;

Cn = Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M (FGV), relativo ao mês de reajustamento;

Co = Idem, retroagido em 12 meses;

Rn/Ro = Registra a atualização da parcela referente à remuneração e depreciação do capital aplicado em obras e instalações;

Rn = Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna – IGP-DI (FGV), relativo ao mês do reajustamento;

Ro = Idem, retroagido em 12 meses;

Coeficientes a, b, c, d = parcelas de participação de cada elemento da composição da fórmula paramétrica e iguais a 24%, 4%, 37% e 35%, respectivamente.

Características do Parâmetro Pessoal ou Mão de Obra

A parcela de custos de pessoal é atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo IBGE.

1.10. COMPANHIA ÁGUAS DE SANTA RITA S/A – COMASA

Município de Santa Rita do Passa Quatro/SP:

O contrato de concessão firmado entre o Município de Santa Rita do Passa Quatro/SP e a Companhia Águas de Santa Rita S/A – COMASA, prevê o reajuste das tarifas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Características do Parâmetro Pessoal ou Mão de Obra

A fórmula para reajuste das tarifas é dada por um único parâmetro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo IBGE.

1.11. BRK AMBIENTAL – SUMARÉ S/A

Município de Sumaré/SP:

O contrato de concessão firmado entre o Município de Sumaré/SP e a BRK Ambiental – Sumaré S/A, prevê o reajuste das tarifas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Características do Parâmetro Pessoal ou Mão de Obra

A fórmula para reajuste das tarifas é dada por um único parâmetro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo IBGE.